

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- O ano escolar teve início a 13 de setembro de 2019.
- Existem ainda actualmente cerca de 2 mil turmas sem professores, sendo os distritos de Setúbal, Faro e Lisboa os mais afectados.
- A maioria dos horários disponibilizados pelo Ministério da Educação para as turmas em questão são parciais, não atingindo as 22 horas lectivas semanais, com remunerações base muito baixas.
- As baixas remunerações associadas aos preços das casas, sem a atribuição de qualquer complemento para o efeito, tornam impossível para estes profissionais aceitar as colocações e fazer face às despesas de deslocação.
- O crescente aumento das taxas de abandono da profissão docente está associado à precaridade dos vínculos laborais dos docentes em início de carreira, à falta de perspectivas de desenvolvimento na carreira, à falta de formação contínua e às exigências psicológicas e físicas necessárias ao desempenho destes profissionais.
- A docência é cada vez menos atractiva, estando a diminuir o número de jovens que querem ingressar nesta carreira, pelo baixo nível remuneratório, pela falta de estabilidade profissional com contratos de curta duração e pela elevada dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica, que impedem os jovens de planear a sua vida a médio e longo prazo.
- O decréscimo de procura da formação superior para esta área tem levado as Instituições de Ensino Superior a encerrar os cursos para a docência e os respectivos mestrados profissionalizantes.
- Em consequência, mesmo os jovens que gostavam de ingressar na carreira estão com dificuldades em fazer a sua profissionalização pela falta de formação superior, não existindo já candidatos suficientes para as vagas para colocação de professores que existem.
- Apenas 1% dos professores tem menos de 30 anos. Há uma década, eram 16%.
- Estima-se que até 2023, cerca de 10000 professores irão aposentar-se.

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Educação:

1. De que forma prevê o Governo resolver os problemas de colocação dos professores em Lisboa, Setúbal e Faro, motivados pelos elevados preços das casas?
2. Está prevista a criação de alojamento a preço acessível para os docentes que sejam colocados naquelas regiões?
3. O Governo confirma que não existem actualmente candidatos suficientes para as vagas disponibilizadas? Como vai resolver este problema?
4. Que medidas vai o Governo adoptar para o rejuvenescimento da carreira docente? Quando serão implementadas?
5. Confirma que até 2023 cerca de 10000 professores irão aposentar-se? Que medidas vai adoptar o Governo para fazer face a esta redução?
6. Está prevista a redução da dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica e outras medidas que promovam a estabilidade profissional dos professores em início de carreira? De que forma?

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2019

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)